



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 11/2020
Sessão Ordinária de 25 de Setembro de 2020

Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, no Cineteatro Louletano, na Av.ª José da Costa Mealha, em Loulé, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----Lista de Presenças:-----

22 Deputados Municipais do PS- Hugo Miguel Guerreiro Nunes (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Joana Guerreiro da Conceição (2ª secretária), Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de Vitor Cristiano da Piedade Ferreira), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Adriano Costa Cabrita (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

8 Deputados Municipais do PSD- Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques, João Manuel Guerreiro da Conceição, Duarte José de Sousa Duarte, Cláudio Filipe Simão de Lima (em substituição de Ricardo Manuel Casanova Lampreia), Francisco André Pereira Rodrigues (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

1 Deputado Independente- Fernando Domingos dos Santos;-----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo e os **Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os **Deputados Municipais do PS**, Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, não tendo o mesmo sido substituído, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, tendo o mesmo sido substituído por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Abel Filipe dos Santos Matinhos, não tendo o mesmo sido substituído.-----

O Deputado António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Adriano Costa Cabrita.-----

Os **Deputados Municipais do PSD**, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, tendo o mesmo sido substituído por Cláudio Filipe Simão de Lima e Bárbara Maria do Amaral Correia, não tendo a mesma sido substituída.-----

O Deputado Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Francisco André Pereira Rodrigues.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1-Intervenção do Público;-----

2-Aprovação de Atas;-----

3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

5-Moções;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

6-Período da Ordem do Dia:-----

- a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;**-----
- b)- **Proposta 35/2020- Deliberação relativa à Abertura de Procedimento Concursal e Composição e Designação de Júri para Recrutamento do cargo de Chefe de Divisão da Urbanização e Edificação, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1080-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----
- c)- **Proposta 36/2020- Deliberação relativa à 2.ª Alteração à Estrutura Orgânica Flexível e ao Regulamento da Organização e Estrutura dos Serviços Municipais do Município de Loulé, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 82, de 29 de Abril de 2019; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1275-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----
- d)- **Proposta 37/2020- Deliberação relativa à Proposta de Revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Boliqueime (PPZIB), nos termos do n.º 1 do artigo 90.º, por remissão do n.º 3 do artigo 127.º, ambos do RJIGT, a aprovação da proposta de revogação PPZIB, e promover as diligências determinadas nas alíneas c) e g) da Proposta da CML n.º 1767-2018; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1173-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----
- e)- **Proposta 38/2020- Deliberação relativa à Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal Loulé Solidário, enquanto instrumento legal que irá possibilitar a concretização de apoios em causa; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1070-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----
- f)- **Proposta 39/2020- Deliberação relativa à Aprovação da versão final do Regulamento Municipal do Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos, após decorrido o período de consulta pública; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1151-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----
- g)- **Proposta 40/2020- Deliberação relativa à Proposta de Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal Loulé Concelho Global e da Sede Social da Empresa, que decorre da necessidade de adaptação ao Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de Abril e da necessidade de consagrar estatutariamente o**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

desenvolvimento de soluções de mobilidade urbana; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1157-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Foram iniciados os trabalhos;-----

O Senhor Presidente da Assembleia, deu início aos trabalhos desta sessão, com a Tomada de Posse do Deputado Márcio Alexandre Bandeira Fernandes.-----

Foi chamado o Senhor Deputado Márcio Fernandes (PS), para a respetiva Tomada de Posse;-----

"Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte, no Cineteatro Louletano, eu Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, em conformidade com a legislação aplicável, dou posse ao Deputado Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, do Partido Socialista, portador do Cartão de Cidadão n.º 11921295 1ZX4, com data de validade até 03/08/2020."

"Eu abaixo assinado, afirmo solenemente, por minha honra, que cumprirei com lealdade, as funções para as quais fui eleito".

O presente Termo de Posse vai ser por mim assinado e pelo empossado.

Este documento será arquivado junto à Ata desta Sessão Ordinária, ocorrida a 25 de Setembro de 2020.

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:-----

1-Intervenção do Público*:-

Foi dada a palavra ao cidadão Luis Calijo, que se identificou como sócio e em representação da Firma Francisco Calijo e Filhos, Lda., proprietário dos terrenos que constituíam a Unidade de Execução 4 do Plano de Pormenor Loulé Sul, com sede neste concelho, disse recorrer mais uma vez a esta Assembleia movido pela esperança que as razões que lhe assistem e para renovar os apelos de justiça, com critérios claros e isentos de demagogia na concretização dos direitos e objetivos da Câmara Municipal de Loulé.-----

É do conhecimento público que fomos injustiçados e o reconhecimento pelo Prof. Joaquim Vairinhos, iniciador do Plano de Pormenor Loulé-Sul e pelo Dr. Seruca Emídio, feito em 2 sessões desta Assembleia e lamenta que a situação hoje ainda não esteja resolvida.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Questionou quem administrou o concelho durante o longo período de vigência do PPLS que paralisou a atividade da Firma, com todos os encargos inerentes, com funcionários, etc e depois de uma fortuna gasta ao erário público, nesse Plano de Pormenor, agora revogado.-----

Também questionou quem os irá indemnizar pelos anos que passaram, como se estivéssemos aprisionados e inativos por castigo de um crime que não cometemos. Assim e como reparação desse castigo, que nem o dinheiro paga, seria desejável que a Câmara adquirisse a área, usando um critério justo e não como se de um negócio se tratasse, tendo em atenção a mais valia que vai acrescentar e danos morais e materiais irreparáveis. Por sugestão da Câmara Municipal de Loulé, foram pedidas avaliações credenciadas das referidas propriedades, onde os equipamentos e instalações industriais, há 23 anos paralisados sem atividade e neste momento muito degradadas, não foram tidos em conta.-----

Terminou dizendo que fica à inteira disposição para os esclarecimentos que entenderem necessários para resolver esta questão.-----

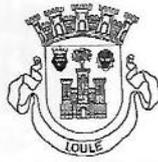
Em seguida foi dada a palavra ao **cidadão José Neves**, que disse já ter trazido por diversas vezes a esta Assembleia o assunto "Verdasca", que envergonha este Executivo. Referiu que no dia 26 do mês passado a Central de Betão Armado, que foi licenciada por este Executivo, o licenciamento foi pedido e aceite e desapareceu e surgiu uma nova Central de Betão Pronto.-----

No dia 26 de Agosto denunciou por email os trabalhos extremamente avançados e no dia 27 não aconteceu nada. Mais tarde foi decretado o embargo, mas não de livre vontade, mas porque estava presente outra Instituição e que levou forçosamente ao embargo. O embargo foi violado no sábado, na 2ª feira e todos os dias até à data de hoje. No dia 31 de Agosto voltou a informar a Câmara Municipal que o embargo estava a ser violado.-----

Disse que a Câmara não fez nada, sendo sua obrigação se ter deslocado ao local com uma equipa técnica, com instruções para voltar a embargar os trabalhos, constituir arguidos e comunicar ao Ministério Público e nada disso foi feito.-----

Disse mais que era obrigação da Câmara Municipal, ter comunicado à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, que supervisiona a área RAN, porque esta estrutura está a ser montada integralmente em área RAN, inclusive uma parte que foi lagueada uma extensa área em betão armado e que cobre parte dos terrenos RAN. Terminou referindo que todos estes terrenos aqui mencionados não estão em nome do Senhor Fernando Verdasca.-----

Foi dada a palavra ao **cidadão Miguel Coelho**, que disse ser de Boliqueime e como hoje vem a esta assembleia uma proposta de Revogação da Zona Industrial de Boliqueime motivo pelo qual veio a esta Assembleia. Fez referencia à Zona



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Industrial de Boliqueime, que poderia ser a melhor zona industrial do Algarve, que tem a melhor localização, acima da Via do Infante, a cerca de 1 km da EN 125 e a 1 km da linha férrea da Estação de Boliqueime. Nesta Zona Industrial, nada foi feito, nada avançou em 10 anos. Quando se fala na importância do interior e das pequenas freguesias qual a importância da freguesia de Boliqueime? O grande investimento que podia ter sido feito na freguesia, a ser revogado, não foi feito!- Uma Proposta deste Executivo nas ultimas eleições, foi de que ia avançar com a Zona Industrial em Boliqueime, promete-se avançar numa hora e promete-se revogar na outra. Referiu que na semana onde se avançou com a revogação da Zona Industrial de Boliqueime avançou a Rua João Batista Ramos Faisca, finalmente depois de 2 ou 3 concursos desertos, 1 milhão e pouco para Boliqueime.-----

Falou também sobre um troço de estrada na EN 270 considerada IP, não se conseguiu chegar a um consenso para o requalificar.-----

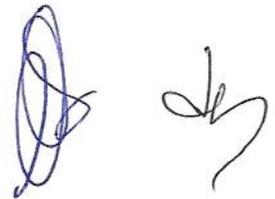
De seguida foi cedida a palavra ao **cidadão Rogério Rochinha**, que realçou a questão da iluminação da Avenida Infante Santo, salpicada de amarelo e branco, é um sitio obscuro quando deveria ser a "sala de visitas" da cidade de Quarteira, e também referiu a Praça do Mar que contém lá ainda um depósito de lixo, junto à Galeria de Arte e questionou quais as soluções para isso.-----

A limpeza e manutenção dos espaços verdes de Quarteira está entregue pela Câmara Municipal a uma empresa a limpeza da freguesia de Quarteira.-----

Sobre a Transferência de Competências há quem não queira que a mesma se faça, não sabe se é por causa de perder protagonismo ou perder poder. A freguesia está mais perto das populações e é a primeira a ser chamada à atenção pelos cidadãos e a Câmara é responsável por resolver esse problema.-----

Fez referência ao Portal do DGAL tem o nome de 6 freguesias do concelho de Loulé, crendo por isso que todas elas já pediram a Transferência de Competências, mas existem 3 freguesias que ainda não aparecem no Portal do DGAL e que são: Almancil, S. Clemente e S. Sebastião, e questionou se não fizeram nenhum pedido ou se não querem as competências que esta lei permite fazer.-----

Foi dada a palavra à **cidadã Helena Baião**, que disse que iria formular algumas questões ao Executivo Municipal a pedido de alguns cidadãos. Começou por questionar se existe alguma limitação ao facto de trabalhadores do município, da Câmara Municipal de Loulé, ou das Juntas de Freguesia, acederem aos apoios que estão contemplados no Loulé Solidário. Há um número muito grande de pessoas na Câmara Municipal de Loulé que ganham cerca de 700/800 € não conseguindo neste momento fazer face à despesa extra de terem os filhos em casa, neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

período de confinamento, e terem ficado desprovidos enquanto estiverem em teletrabalho de subsídio de refeição, e essas pessoas têm o direito a pedir ajuda. Parece que não existe uma política de sigilo e confidencialidade quando se lida com os dados pessoais dessas pessoas, têm vergonha e não pedem essa ajuda a que têm direito. Os funcionários que lidam com estas questões da confidencialidade e do sigilo, quando as coisas passam de departamento para departamento, para assinaturas, não deveriam ser motivo de "chacota" ou de troça entre os colegas.-----

Estranha porque já foi implementado, há cerca de 3 anos, um conjunto de regras muito explícitas que está presente no regulamento de proteção de dados e as pessoas podem fazer queixa e ter direito a uma grande indemnização-----

Questionou se existe alguma restrição a que as pessoas acedam aos apoios e se existe um regulamento ético profissional que regule a forma como os dados das pessoas são tratados nesses apoios sociais.-----

Depois foi cedida a palavra à cidadã **Manuela Labisa**, começou por referir que é moradora na zona histórica de Loulé, e a partir do momento em que passou a ser Zona de Reabilitação Urbana outros interesses económicos surgiram sobrepondo-se à parte social das famílias. Sendo uma zona sensível com ruas estreitas, e de um só sentido, o dia a dia dos moradores torna-se difícil. Sistemáticamente existem obstáculos na rua, nomeadamente viaturas e outros, o que impede a livre circulação e a passagem das pessoas. Vários trabalhos estão em curso sem regras nem fiscalização. No seu caso concreto, trata-se de uma obra, de carácter pessoal, pertencente a José Manuel Pontes Guerreiro que se arrasta há 3 anos e que confina com a sua propriedade, e da qual tem apresentado diversas queixas na Divisão de Fiscalização da Câmara Municipal de Loulé. Tais obras põem em risco a sua vida, nomeadamente a obra tem falta de proteção, tapumes e escoramentos, o anexo está em vias de ruir devido a escavações, que segundo informação da CML estão legais e devidamente acompanhadas.-----

Recebeu hoje resposta confirmando que as construções são ilegais! Dando razão aquilo que já vem dizendo há algum tempo. Informou que em 14/04/2020, recebeu uma resposta do Gabinete de Apoio ao Presidente informando que o proprietário era responsável pelos trabalhos e pelas consequências daí resultantes, referindo que quem tem que salvaguardar os interesses dos munícipes é a Câmara Municipal de Loulé.-----

Disse ter contactado a Proteção Civil Municipal por temer o aluimento do anexo à sua propriedade, que depois de contactos com a Câmara Municipal esta informou que existia uma licença de arqueologia, datada de 06/04/2020. Disse ainda que atendendo a estas informações estranha que o GAP já tivesse informado, em 14/04/2020, que existia uma licença de arqueologia de 27/10/2019.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Atendendo a estas informações e à sua morosidade questionou, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, em caso de alguma fatalidade quem é o responsável? Terminou dizendo que tem toda a documentação de suporte a esta intervenção e que gostaria de apresentar na Mesa.-----

Usou da palavra o **cidadão Ilídio Silva**, referindo que os assuntos que o trazem cá, são 2: um deles prende-se com a Rua Eng.º Duarte Pacheco, no seguimento da pavimentação da rua, foram colocados redutores na zona plana, e na zona onde as viaturas atingem maior velocidade, junto ao Canil Municipal, não foram colocados redutores junto às passadeiras, o que acha estranho, visto ser uma zona de alguma sinistralidade, inclusive de saída das forças policiais.-----

O outro assunto, é sobre o Canil Municipal, sendo que vive em frente ao mesmo, já fez várias exposições à CML, e passados 2 anos da sua primeira reclamação recebeu um ofício dizendo que tinha sido efetuado um estudo de ruído e questionou se o mesmo já se encontra concluído e quais os resultados.-----

Fez referência a um artigo que saiu no jornal Correio da Manhã, em Julho de 2018, sobre a sua queixa sobre o ruído, tendo sido reconhecido pelo Senhor Presidente da Câmara a existência do problema e que garantiu que a autarquia estava a estudar uma solução para deslocalizar o Canil e criar um novo, fora da malha urbana da cidade num período de 2 anos. Referiu que esse tempo já passou e ainda não foi resolvido será que decorrido este tempo já foi encontrada uma solução para o mesmo?-----

Posteriormente foi dada a palavra à **cidadã Verena Colombini**, moradora na zona de Boliqueime e representante dos moradores da Estrada dos Moinhos. Fez referência a uma carta entregue à Câmara Municipal com o conhecimento do Presidente da Junta de Freguesia, dando conhecimento do pedido da extensão da rede de infraestruturas de águas públicas a toda a urbanização. Em toda essa zona não existe acesso à rede pública de água.-----

Os moradores desta zona têm de comprar água aos camiões-cisterna que abastecem aquela área, por falta de acesso à rede pública, pelo que é de todo urgente o pedido que solicitou.-----

Para dar resposta a algumas das questões colocadas foi dada a palavra à **Senhora Vereadora Heloísa Madeira**, que começou por responder ao cidadão Luis Caliço, referiu que as respostas às suas questões já as tinha recebido de uma forma exhaustiva escrita, e que já o tinha recebido por várias vezes no seu Gabinete, assim como aos representantes da Firma Francisco Caliço e Filhos, Lda. E na qual tendo sido expostos de uma forma clara todas as opções legais que a Câmara tinha para entrar em acordo com a Empresa, passando por parcerias, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aquisição de terrenos que têm que ser balizados pelas avaliações oficiais e pelos parâmetros que o Sr. Calião e os seus filhos poderiam desenvolver eles próprios o Projeto agora com a Revogação do Plano que tanto os prejudicou. Quanto a isso para a Câmara está tudo esclarecido e "a bola" está do lado do Sr. Francisco Calião.-----

Em relação às questões colocadas pelo Sr. José Neves sobre a "Verdasca" é um assunto que preocupa muito a Câmara Municipal, mas não se trata de um assunto apenas da responsabilidade da Câmara Municipal e daí a complexidade do mesmo. É um assunto que envolve muitas entidades. Existem vários embargos da obra, porque foram realizadas várias obras e já foi lá a GNR acompanhado pelos serviços da Fiscalização da CML e ao fim de muitas insistências por parte da autarquia, foi recebido um ofício da DRAP dizendo que está disponível para realizar conjuntamente com a Câmara uma fiscalização para tentar aferir uma participação conjunta e articulada com os técnicos desta entidade e da Câmara, para apurar a verdade dos factos e dar seguimento ao regime jurídico da RAN e à demais legislação aplicável.-----

Foram várias as missivas que foram dirigidas, quer à CCDR quer à Direção Regional de Economia que tinham que licenciar referindo que não têm conseguido trabalhar umas com as outras. Está-se a tentar resolver o problema que ali está.-

Para responder às questões levantadas por alguns cidadãos intervenientes, usou da palavra a Senhora **Vereadora Ana Machado** que informou que em relação ao período de confinamento não foi subtraído qualquer subsídio aos trabalhadores da autarquia no âmbito do Regulamento Loulé Solidário.-----

Existem critérios de elegibilidade de apoios e se alguém pede apoio no âmbito do Regulamento ele é atribuído.-----

Disse ainda não ter qualquer registo que haja falta de sigilo por parte dos serviços em relação a quem pede apoio. Não há circulação de processos que vão para reunião de Câmara, são atribuídos números e não nomes, e disse não corresponder de todo à verdade esse relato que fizeram à cidadã Helena Baião.--

Posteriormente foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que respondeu ao cidadão Rogério Rochinha, referindo-se ao Dec.Lei n.º 57/2019 de 30 de Abril, que é a Lei da Descentralização para as freguesias diretamente do Estado Central. O município está neste momento a trabalhar num conjunto de transferências de competências do Estado Central para o município.-----

Este Executivo tem a descentralização como sendo uma matéria fundamental para um melhor serviço às pessoas. Neste momento está-se a trabalhar com as Juntas de Freguesia, trabalho que virá brevemente a esta Assembleia com uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Propostas sobre essa descentralização.-----

O Senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra para respondeu às outras questões que não foram ainda respondidas, e começou pelo cidadão Miguel Coelho. Relativamente à preocupação que o trouxe aqui a esta Assembleia, da Zona Industrial de Boliqueime, há um ponto na OT e esse assunto será aí dada uma explicação mais pormenorizada.-----

Este Executivo o que está a fazer é salvar a Zona Industrial de Boliqueime, porque a Revisão do PDM aproxima-se e têm que ser tomadas medidas nesse sentido, a Proposta da Câmara Municipal que vem aqui para ser discutida e votada visa precisamente salvaguardar o potencial de localização e construção de empresas económicas naquela área.-----

Sobre as considerações de Boliqueime ficar para trás, sobre o esquecimento por parte deste Executivo, contradiz e discorda totalmente das afirmações que foram feitas.-----

Referiu que na zona de Alfontes e Vale Silves, as infraestruturas foram ampliadas e essa intervenção vai ser estendida à Ribeira e à Tenoca, será colocada uma rede de abastecimento de águas onde ela não existe, faseadamente.-----

Em relação à Rua João Batista Ramos Faísca, a obra começou agora, e neste momento há muito mais necessidade de trabalhos do que empresas a trabalhar, nomeadamente de obras públicas.-----

Está adjudicada a pavimentação da via não classificada 261 e 262, obra essa que irá brevemente arrancar. A pavimentação da Rua da Boa Esperança com ligação a Vale Covo, Caminho do Aroal, está cerca de 324 mil euros, está feito até ao caminho do Poço de Vale Judeu. Está em execução a conservação e reparação do cemitério, uma obra de cerca de 122 mil euros. A requalificação da Rua Nova de Boliqueime, de cerca de 136 mil euros, está também em execução e outras intervenções que estão neste momento ainda para acontecer.-----

A Câmara de Loulé não esqueceu Boliqueime, tem feito o seu trabalho repartido por todas as freguesias.-----

Sobre os esgotos ao longo da EN 125, trata-se de uma obra complexa mas o projeto neste momento está feito. As coisas têm corrido lentamente, mas bem.--

Em relação à questão colocada pelo cidadão Ilídio, disse que o Executivo sempre se preocupou com o Canil Municipal que sofreu várias obras que minimizaram de alguma maneira, não o resolveram.-----

Informou os presentes que a Câmara acabou de adquirir um terreno de 11 hectares, na União de Freguesias, com aptidão para ser construído um Centro para a política animal, com a vertente veterinária, proteção e defesa dos animais errantes, que infelizmente são muitos. Tudo será feito com os critérios mais



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

exigentes, no que diz respeito aos direitos dos animais e suficientemente afastado de qualquer agregado ao polo urbano e serão ali resolvidos os nossos problemas. Serão ouvidos os cidadãos que se queiram pronunciar sobre esta matéria e serão ouvidas as Associações dos Direitos dos Animais. Será uma futura infraestrutura com dimensão, moderna e muito digna, porque os animais merecem que nos dediquemos a eles. Esta é a política da Câmara Municipal de Loulé.

Passou-se ao ponto seguinte;

2-Aprovação de Atas;

Neste ponto, foram apresentadas duas Atas para votação.

A Ata n.º 4/2020 (Sessão Ordinária de 29 de Maio de 2020), foi aprovada por unanimidade.

A Ata n.º 5/2020 (Continuação da Sessão Ordinária de 29 de Maio de 2020 - 1 de Junho), foi aprovada por unanimidade.

Passou-se ao ponto seguinte;

3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;

Neste ponto, o Presidente da Assembleia referiu que tinha um documento enviado pela Senhora Verena Colombini, e um conjunto de cidadãos, também uma Informação do Senhor Vice-Presidente, referente à colaboração do Senhor Vice-Presidente como docente na universidade europeia, para lecionar em tempo parcial, cerca de 8,5 horas semanais, Marketing Turístico e Marketing Turístico Hoteleiro, e, um outro, requerimento apresentado pelo Arquiteto Marcelo Santos, esclarecendo afirmações que tinham sido feitas, acerca da sua pessoa na última Sessão da Assembleia Municipal de 31 de Julho de 2020. Informou ainda que tinham sido recebidas respostas associadas a intervenções feitas por membros do público relativamente a questões associadas ao urbanismo e enviadas aos senhores deputados.

Passou-se ao ponto seguinte;

4-Período de Antes da Ordem do Dia;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Neste ponto pediu a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, questionando o Executivo relativamente a um concurso para a aquisição ou arrendamento de moradias/apartamentos/imóveis sobre qual o ponto de situação do mesmo, o prazo do concurso era 31 de Agosto.-----

Questionou igualmente sobre a questão da água, onde foi iniciativa da Câmara Municipal, organizado um Seminário sobre a Água aos munícipes como deveriam poupar água e referiu que cerca de 40% da água que entra neste concelho não se sabe o que é que acontece e o que é que evoluiu do passado para o presente.-----

Depois usou da palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, que teceu algumas considerações sobre o Executivo Municipal, nomeadamente, o que sente com uma interpretação restritiva amputa-se a democracia. A interpretação do Senhor Presidente em funções diminui a presença de público, a tendência para a democracia mostrando que esta Assembleia, não está efetivamente ao serviço da comunidade, notando-se a pouca presença de público a assistir à mesma.-----

Disse que gostaria que os senhores Deputados e o Executivo refletissem porque estamos ao serviço da comunidade.-----

Referiu que no Departamento de Urbanismo são preteridos uns em detrimento de outros, impede-se a atividade económica e impede-se o progresso porque não se despacham processos. Exemplificou o caso de uma Licença de Demolição em Vilamoura, há 4 meses era administrativo e a Câmara não consegue despachar uma Licença de um edifício em plena Vilamoura que tem uma Licença de Projeto inclusive. -----

Em relação ao Porto de Pescas de Quarteira foi instalado um contentor para fazer casas de banho, e nas escolas foram instalados contentores para fazerem salas de aula e nos Centros de Saúde igualmente foram lá colocados contentores, verificando que não se consegue executar o programa eleitoral do PS o que levou à demissão do ex-Presidente da Assembleia, como também não têm conseguido sequer avançar a fórmula mais simples encontrada é instalar contentores e disse não ser esta a política mais correta para servir a comunidade.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Francisco Rodrigues, (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir)** que disse fazer referência a 4 pontos, sendo um deles relativo à Festa da Espiga, como membro executivo da Junta de Freguesia de Salir e como responsável da Comissão Organizadora da Festa da Espiga, agradecer o contributo da Câmara Municipal de Loulé, na pessoa do Senhor Presidente Vítor Aleixo, pelo empenho e dinamismo pela candidatura.-- Fez referência à zona histórica da Vila de Salir, junto ao Castelo foi colocado um contentor para servir de wc que seria provisório, o que de facto não veio a acontecer uma vez que o mesmo ainda lá está, tirando toda a beleza natural do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

local. Questionou sobre qual o ponto da situação e para quando a construção das instalações sanitárias naquele local.-----

Sobre o Orçamento Participativo e a obra que irá ser feita em Salir, recomendou que o Executivo uma vez que se trata de uma obra de Orçamento Participativo, nada melhor do que fazer uma obra, de acordo com a necessidade e a vontade das pessoas. Sugeriu que uma equipa de técnicos da Câmara Municipal fosse junto da população e fosse realizada uma sessão para esclarecimento da população sobre o que ali vai ser feito e como vai ser feito.-----

Sobre a questão do abastecimento de água na freguesia de Salir e na remodelação das condutas, dentro da própria vila, gostaria de saber o que está a ser projetado.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que na sua intervenção questionou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como decorreu o 2ª Congresso da ANAM, realizado a 19 de Setembro na cidade de Braga, para discutir e aprovar novos desafios do poder local e disse que gostaria de saber a resposta aos requerimentos que tardam mas não chegam.-----

E nas questões que queria colocar ao Executivo, referiu a obra de beneficiação da estrada Loulé-Almancil, embora desconhecendo o projeto e a empreitada, verificando que o piso da estrada se encontra em bom estado, não constituindo uma prioridade a sua repavimentação.-----

Referiu que há muito se pede que seja importante a implementação de rotundas, garantindo a segurança na zona do Torrejão e Estrada Maluca, a semaforização automática para controlo de velocidade, a construção de passeios adaptados para pessoas com mobilidade reduzida e passadeiras, nas zonas populacionais existentes ao longo da via e a construção de uma ciclovia de ligação da sede do município a Almancil.-----

Solicitou também informações ao Executivo sobre quando se iniciam as obras do fecho da Circular Norte de Loulé e o que pensam fazer acerca do troço da Circular Sul.-----

Teceu ainda algumas considerações sobre o novo ano escolar, nomeadamente sobre as refeições e os transportes na ida e no retorno a casa. Perguntou qual o balanço das aulas e o respetivo ponto de situação, se está previsto o transporte aos alunos até às localidades na periferia da cidade e se já se procedeu à distribuição pelos alunos do material didático, fichas e manuais escolares, assim como os 750 tablets destinados aos alunos carenciados do concelho e em que escolas foram entregues.-----

Em relação ao Geoparque diz concordar com a ideia, podendo trazer importantes mais-valias para potenciais desenvolvimentos no interior do concelho e falou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ainda sobre a apresentação pública em Salir da escultura *Metoposaurus algarvensis*, para colocar na estrada da vila, obra essa já em curso.-----

Sobre esta matéria questionou se a Câmara promoveu algum concurso público ou algum concurso de ideias para a obra em causa ou se foi utilizado o Ajuste Direto para a mesma, beneficiando assim uns artistas em detrimento de outros.-----

Perguntou qual o valor total da obra, da escultura e da preparação do terreno.----

Fez referência à Estratégia Local de Habitação, nomeadamente à aquisição de 3 imóveis devolutos na Zona Histórica de Loulé, permitindo assim que mais famílias tenham acesso à habitação e quantos fogos estão previstos para estes 3 edifícios. Terminou questionando sobre qual o resultado da consulta ao mercado imobiliário, tanto para a aquisição como para o arrendamento de imóveis destinados à habitação pública.-----

Usou da palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio**, que começou a sua intervenção com um Voto de Pesar pelo falecimento do cidadão Américo Correia, que exerceu funções de Vereador na Câmara Municipal de Loulé e era bem conhecido de todos.-----

Teceu algumas considerações, sobre um acontecimento ocorrido na semana passada, que teve a ver com a forma pouco digna, que atingiu muito particularmente os algarvios, como a Senhora Deputada Jamila Madeira deixou de fazer parte do Governo, a forma como foi tratada, uma vez que ela estava lá em representação do Algarve e da nossa cidade. O concelho de Loulé merecia mais atenção e uma atenção muito particular do senhor Primeiro Ministro, uma vez que esta Câmara Municipal muitas vezes tem feito escolas, quartéis da GNR e outras infraestruturas que são da responsabilidade do Governo Central. Deixou assim o seu voto de pessoal de solidariedade para com a Deputada Jamila Madeira.-----

Em seguida usou da palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referiu que há um grande sentimento de descredibilização da política e sobretudo dos seus agentes. O que se passa em Loulé é gritante! Quando olha para o Programa Eleitoral do PS, nomeadamente no que respeita a igualdade de oportunidades, através de saneamento básico, comunicações, etc. Em relação a Salir não há água e fora da vila não há esgotos, nem comunicação de rede móvel, para as pessoas terem igualdade de oportunidades nomeadamente com as pessoas que moram na cidade de Loulé. Disse ainda que decorridos 8 anos de mandato o Senhor Presidente da Câmara ainda não tenha concluído uma das suas promessas eleitorais. Referiu ainda que desde 2013 que para a Revisão do PDM o prazo é prorrogado por mais 26 meses, e decorridos 7 anos, ainda não foi concluído.-----
Rede de abastecimento de águas e esgotos, não há esgotos em grande parte do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

nosso município.-----

Referiu ainda que existe uma grande faixa de desemprego jovem no nosso município, e fez referencia ainda á criação da rede de lares no concelho de Loulé, situação essa denunciada já várias vezes pelo PSD, as famílias estão desesperadas pela falta de lares para deixar os seus idosos e as suas famílias, não há lares nem particulares nem públicos.-----

Fez também referência à falta de habitação no concelho é necessário igualmente, avaliar a construção de novas escolas no concelho de Loulé, construir o espaço cultural em Quarteira, 2 Pavilhões Desportivos em Almancil e Quarteira e a falta de escolas no concelho, a construção da Circular Norte, requalificar o espaço do comércio local, entre outras.-----

Posteriormente o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, questionou o Executivo Municipal sobre se tem havido ultimamente um aumento de funcionários na Câmara Municipal de Loulé.-----

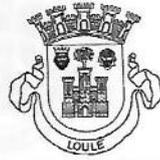
Fez referência ao Organigrama da Câmara Municipal de Loulé, que contestou afirmando que não era um documento que se pudesse atribuir credibilidade, e disse manter essa afirmação, porque sem um organigrama adequado nenhuma empresa ou instituição poderá ter uma funcionalidade aceitável.-----

Disse ainda que quer-lhe parecer que muitos dos problemas que aqui foram trazidos não são do conhecimento do senhor Presidente da Câmara, se o organigrama estivesse bem elaborado saberia semanalmente se fosse feito um resumo, embora tenha muitos Departamentos e Divisões os projetos perdem-se, mas qualquer computador diz onde está o projeto com uma forma de organização mais profícua.-----

O Senhor **Deputado Nelson Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime)** na sua intervenção, referiu que o Algarve é um grande produtor de alfarroba tendo atingido este fruto um grande valor. A questão dos roubos de alfarroba no interior do concelho, de alguns anos para cá, têm sido uma constante e aumentado de uma forma dramática. Antes do início da época da apanha da alfarroba, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, atentas a esta situação, desenvolveram esforços para tentar minorar este tipo de crime, foi efetuada uma reunião, promovida pela Câmara Municipal com: Juntas de Freguesia, Associações de Produtores, Produtores e a GNR.-----

Deu os parabéns à boa prestação da GNR nesta época da apanha da alfarroba.-----

Para responder às questões que foram colocadas à mesa, tomou a palavra o Senhor **Presidente da Assembleia**, que em relação ao Senhor Deputado Carlos Martins informou que por razões pessoais não pôde estar presente no 2º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Congresso da ANAM, tendo recebido documentação sobre o mesmo que irá ser distribuída por todos.-----

Relativamente às respostas aos requerimentos que "tardam e não chegam", é um assunto que tem vindo a ser discutido em Comissão Permanente, tem sido discutido com a Câmara Municipal e na próxima Reunião da Comissão Permanente haverá um ponto sobre esse tema, para o qual foi convidado a estar presente o Senhor Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, para procurar perceber, se há diferenças de interpretação ou não relativamente às respostas. A responsabilidade da Câmara é de responder aos requerimentos e a da Assembleia de solicitar as respostas aos mesmos.-----

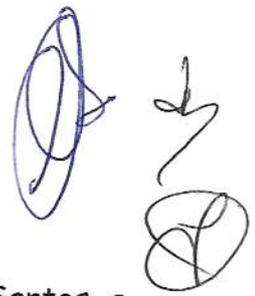
Em resposta ao Deputado João Guerreiro referiu que a forma como os trabalhos são dirigidos segue aquilo que é a interpretação não só do Presidente da Mesa mas da própria Comissão Permanente, que relativamente à gestão rigorosa e criteriosa dos tempos exige que seja concretizada.-----

Para responder às questões levantadas referentes à Educação usou da palavra a Senhora **Vereadora Ana Machado** que, esclarecendo o Senhor Deputado Carlos Martins, informou que decorridas 2 semanas do arranque do ano letivo, os Planos de Contingência elaborados pela escola, que foram implementados e que tiveram um acompanhamento dos médicos do ABC com quem a CML fez um protocolo para todas as escolas do concelho, estão em fase de acompanhamento e de ajuste.-----

Relativamente à alimentação está a processar-se de igual modo, mas pede-se que, sempre que possível, os alunos que tenham aulas da manhã e que precisem de alimentação que a levem para casa. Para esse efeito, foram dotadas as escolas com embalagens para que isso possa ser possível. Em relação à distribuição de fichas e tablets, o Governo dá de oferta os manuais escolares e o município de Loulé, oferece as fichas ou cadernos de atividades, uma gramática e um dicionário.-----

Para complementar as respostas às questões levantadas o Senhor **Vereador Carlos Carmo**, informou que desde Julho que têm sido realizadas reuniões com quem tem a concessão dos Transportes Públicos. Iniciou-se o ano escolar houve alguns constrangimentos, mas rapidamente se iniciaram um conjunto de reuniões já pré-agendadas com os diretores dos Agrupamentos e com os transportadores para dar resposta ao desfasamento dos horários.-----

Teceu ainda algumas considerações em relação a este assunto, nomeadamente uma reunião tida com a Empresa Transportadora EVA que irá resolver alguns dos problemas existentes com os circuitos especiais.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Para responder às questões levantadas pelos Deputados Fernando Santos e Carlos Martins o Senhor Vice-Presidente, **Pedro Pimpão**, abordou uma questão muito específica que está relacionada com a consulta ao mercado imobiliário resultando daí um conjunto de 25 propostas, as quais se encontram em análise, 2 delas de arrendamento. Depois de aprovados, terá para oferta para colocar no mercado relacionado com a habitação acessível à população de Loulé. -----

Complementou a intervenção da Senhora Vereadora Ana Machado informando que a questão dos tablets e das fichas escolares, o investimento da Câmara foi de 544 mil euros, abrangendo cerca de 9 mil alunos e a aquisição dos 700 tablets com ligação à internet, teve um investimento da Câmara de cerca de 160 mil euros.-----

O Senhor Vereador **Abílio Sousa** respondeu ao Deputado Francisco André, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir, que relativamente ao WC que aquela zona é histórica e qualquer tipo de escavação ou qualquer tipo de intervenção requer uma grande análise em termos de estudo e encontra-se em fase de projeto neste momento.-----

Em relação ao Orçamento Participativo do Pavilhão Multiusos, que foi criado com o objetivo de responder aquilo que os cidadãos anseiam para a sua freguesia.----

O projeto do Pavilhão Multiusos está praticamente concluído e dentro em breve o Senhor Presidente irá fazer a apresentação pública à população e será uma mais valia para a população de Salir. Em relação à renovação das condutas de água em Salir, a rua que vai do Campo de Futebol até à E124, foi feita a adjudicação da realização de abastecimento de água e renovação de infraestruturas, com a criação de uma Estação de Elevação para no futuro abranger toda aquela zona da reta do jardim. Informou ainda que está em curso a elaboração de um Projeto de Execução das redes de abastecimento de água e drenagem das águas residuais domésticas e de infraestruturas da rua José Domingos Fonseca e na zona dos Besteiros e do Arneiro, obra com uma estimativa de custo de 520 mil euros.-----

Em relação à questão do Senhor Deputado Carlos Martins, no que respeita à obra de intervenção da Rotunda da Goncinha até Almancil informou que esta consiste na renovação do piso, renovação e melhoramento de alguns passeios, na renovação da sinalética horizontal e vertical, já tendo o projeto aprovado em reunião de Câmara pelo que muito em breve será aberto o Concurso Público com o valor base de 750 mil euros.-----

Em relação à circular Norte a CML está a trabalhar no sentido de muito brevemente ser lançado o Concurso Público.-----

Para esclarecimentos adicionais a Senhora Vereadora **Heloísa Madeira** respondeu a uma questão colocada pelo Deputado Carlos Martins, dos fogos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

estavam previstos para os imóveis que foram adquiridos nas zonas históricas de Loulé. Disse que a previsão de fogos, para estes 3 imóveis, aponta para os 12, dependendo no entanto das tipologias, T1, T2 e T3. No total serão 12 fogos no máximo nestes 3 imóveis.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que em certas intervenções, em algumas, percebe-se já um espírito nitidamente pré- eleitoral porque começa a aproximar-se um ano eleitoral.-----

Dando a resposta à cidadã Verena Colombini sobre a Estrada do Moinho disse que essa questão será analisada pela Câmara Municipal, têm sido feitas várias obras de abastecimento de água e esgotos ao longo deste mandato, contrariando aquilo que aqui foi dito.-----

Disse que discorda do que foi dito que há uma redução da participação democrática, há muita gente que assiste a este órgão e sabe que não é verdade as pessoas assistem é transmitido em direto no Canal Youtube, por isso discorda totalmente do que aqui foi dito.-----

Disse que este Executivo está aqui para servir a população, e não é justo que digam que está a matar o investimento público.-----

Mais, disse que Loulé está empenhado em atrair e promover investimento que possa diversificar a base económica do concelho. Teceu algumas considerações sobre Salir, teve o primeiro estudo financiado, nomeadamente um Cadastro Georeferenciado para identificar roturas de água. Há intervenções para não perder a água, que é o bem mais precioso que temos, com redução do número de perdas de água extraordinários.-----

Em resposta ao Deputado Fernando Santos, sobre a educação da poupança de água, foi apresentado pelo Ministro do Ambiente, um estudo nacional do Plano Nacional para a Eficiência Hídrica do Algarve onde Loulé aparece com perdas abaixo dos 20%, tendo anteriormente perdas altíssimas. Foram instalados contadores inteligentes para a gestão das águas.-----

Sobre a questão da habitação, a Estratégia Local de Habitação levou muito tempo a ser preparada, antes de aparecer no terreno.-----

Neste momento estão em cima da mesa 27 Propostas de Aquisição, 2 Propostas de Arrendamento, porque a CML quer ajudar muitas centenas de famílias no concelho de Loulé que têm falta de habitação.-----

Brevemente será assinado um Contrato no âmbito do Primeiro Direito com o IHRU, o contrato está aprovado pelo Conselho Superior do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.-----

Brevemente será celebrado um contrato que irá contemplar cerca de 310 famílias com um valor de 44 milhões de euros, desses 35% com participação



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

do Governo, no âmbito destas políticas, 6,5% do município e iremos contrair um empréstimo de 25,5 milhões de euros.-----

Sobre os Lares informou que no Lar da Tôr e o Lar da ASCA em Almancil estão ainda abertas vagas, apesar da grande procura.-----

Respondendo ao Deputado Carlos Martins informou que a aquisição pode ser feita por ajuste direto no caso de obras de arte, está previsto na Lei, podem ser feitas adjudicações por critério material, e no caso concreto foi feito um ajuste direto no valor de 137.000,00€ mais IVA.-----

Disse ainda que a Câmara apesar de ter muito dinheiro, tem feito muitas aquisições de terrenos, e tem que gastá-lo com sentido de responsabilidade, e tem o dinheiro suficiente para ajudar as pessoas, as obras não têm parado e para fazer face a esta pandemia COVID-19 com que ninguém contava. Tem sido gasto muito dinheiro em testes, em máscaras, em contentores e equipamento de proteção.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

5-Moções;-----

Neste ponto foi apresentado pela Senhora Deputada Helena Baptista (PS), uma Nota de Pesar pelo falecimento de Maria Aliete das Dores Galhoz. Foi feita a leitura da mesma.-----

O senhor Deputado Carlos Costa (PS), fez a apresentação da Nota de Pesar pelo falecimento de Américo Guerreiro Correia. Foi feita a leitura da mesma.-----

De seguida foi prestado 1 minuto de silêncio em homenagem a estes dois cidadãos.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

6-Período da Ordem do Dia;-----

O Senhor Presidente da Assembleia, informou os presentes que a Câmara Municipal tinha dado nota de que algumas das intervenções, de apresentação destes pontos, seriam acompanhadas de uma projeção.-----

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município,**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para fazer a apresentação do Relatório escrito, através da projeção de imagens.-----

Foi referido que o município de Loulé, em parceria com o ABC, elaborou uma estratégia de adaptação à Comunidade Educativa do Concelho de Loulé em tempos de Pandemia COVID-19, Loulé foi pioneira no país ao fazer um Plano destes que cumpre todas as regras da DGS e que foi feito com a Câmara, com os médicos do Algarve Biomedical Center e com a participação dos Diretores dos Agrupamentos Escolares. Informou também que foram feitas máscaras pelas costureiras da Câmara Municipal de Loulé, e realizados testes pelo ABC, para todo o pessoal docente e não docente das Escolas do Concelho.-----

Loulé foi dos primeiros municípios que começou de uma forma total e universal a oferecer os manuais escolares aos alunos do concelho.-----

Falou também sobre uma escultura inaugurada em Alte e outra em Almancil.-----

Teceu algumas considerações sobre questões da Proteção Civil e sobre obras na zona de Loulé e no Parque de Estacionamento novo em Quarteira.-----

Referiu ainda que foram adquiridos 3 edifícios devolutos e foi alterado o loteamento para construir fogos de habitação em Loulé e também em Quarteira.-

Teceu também algumas considerações sobre a situação financeira da Câmara, a taxa de execução da receita e da despesa.-----

Para complementar a informação foi cedida a palavra ao **Senhor Vice-Presidente**, para esclarecer um ponto importante na gestão dos dinheiros públicos, a utilização do saldo da Câmara do ponto de vista daquilo que era a sua poupança, este foi utilizado em 4 linhas essenciais, nomeadamente despesas com o COVID, relacionadas com a área da saúde. Referiu também que houve redução do IMT e que a tendência é continuar a descer.-----

Houve aumento do investimento, nas várias áreas de atividade.-----

De seguida o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)** teceu algumas considerações a este Relatório da Atividade da Câmara e da Situação Financeira do município.-----

Referiu que a redução da atividade turística irá ser drástica, na área da restauração e da distribuição e comércio. Questionou sobre qual vai ser a posição da Câmara em relação aos próximos meses, sobre o apoio às empresas nesta fase? Porque com certeza irá haver muito desemprego e criminalidade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Interveio o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)** que referiu que tem uma informação que na Escola Padre Cabanita o take-away não está a funcionar, porque foi dito pela Diretora da Escola que não havia dinheiro para as embalagens, sendo uma questão a confirmar.-----

Teceu algumas considerações sobre a questão da habitação desde 2013, que tem vindo a alertar sobre a questão de falta de habitação e de programas concretos de reabilitação e construção que não foram ouvidos a tempo.-----

Acerca do Planeamento disse ter muita esperança que a Senhora Vereadora Heloísa Madeira conseguisse inverter o ritmo do planeamento do território.-----

Sobre a informação financeira concluiu que apesar da crise sanitária económica, verificada no país, no Algarve e no concelho, verifica-se que a situação da CML pode ser um sinal positivo a transmitir para fora, o IMI está estável e o IMT apresenta uma redução de 1,2 milhões de euros.-----

Na rúbrica de vendas e serviços, qual a explicação para uma redução na ordem dos 5 milhões de euros de vendas, o que é muito.-----

Na execução da despesa, com uma execução de 75 milhões de euros esta é inferior a 2019, o que é incompreensível, corresponde a uma taxa de execução orçamental na ordem dos 44%, valor que considera um bocado baixo.-----

Considera pouco dinheiro investido na construção de infra-estruturas básicas. As dívidas orçamentais são muito elevadas, cerca de 18 milhões de euros, dívidas de curto prazo.-----

Teceu algumas considerações sobre qual a média de pagamentos, que a Câmara entre a receção da fatura e o seu pagamento a fornecedores e ainda sobre as verbas para as Instituições sem fins lucrativos.-----

O saldo de tesouraria é de cerca de 56 milhões de euros, estamos numa situação boa.-----

Para responder às questões levantadas deu as explicações devidas o Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, começando pelo senhor Deputado Carlos Martins, sobre a redução de cerca de 5 milhões de euros na rúbrica de vendas e serviços correntes, esta tem a ver com a questão da mudança do sistema contabilístico da CML para outro o SNC-AP, e outra parte, tem a ver com a prorrogação do prazo para pagamento da fatura da água, o que responde ao impacto na totalidade desta rúbrica e estas 2 situações fazem com que haja esta redução substancial.-----

Referiu a questão das Instituições sem Fins Lucrativos "outras" tem a ver com as transferências desse montante elevado, estão relacionados com as transferências para o ABC Biomedical Center, em termos correntes de cerca de 300 mil euros.-----

-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

A dívida de médio e longo prazo desceu de 22 milhões de euros, em 2019, para 18 milhões e a de curto prazo de 5,9 para 6.4 milhões. Neste momento o prazo médio de pagamento, continua semelhante ao de 2019, de cerca de 4 dias em termos de prazo médio de pagamento.

Para responder às questões, o Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e respondendo ao Deputado Mário Botelho, disse que foi apresentada uma plataforma como apoio para os pequenos comerciantes.

O Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), referiu ao Senhor Presidente que a Câmara Municipal, neste momento não está a corresponder às necessidades dos municípios, para dinamizar a economia do município.

Passou-se ao ponto seguinte;

b)- Proposta 35/2020- Deliberação relativa à Abertura de Procedimento Concursal e Composição e Designação de Júri para Recrutamento do cargo de Chefe de Divisão da Urbanização e Edificação, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1080-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);

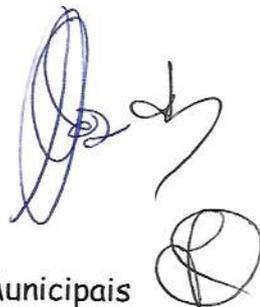
A proposta foi colocada à votação;

b)- Proposta 35/2020- Deliberação relativa à Abertura de Procedimento Concursal e Composição e Designação de Júri para Recrutamento do cargo de Chefe de Divisão da Urbanização e Edificação, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1080-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor, 5 votos contra, 5 votos em branco e 1 voto nulo.

Passou-se ao ponto seguinte;

c)- Proposta 36/2020- Deliberação relativa à 2.ª Alteração à Estrutura Orgânica Flexível e ao Regulamento da Organização e Estrutura dos Serviços Municipais do Município de Loulé, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 82, de 29 de Abril de 2019; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1275-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);

Para a apresentação desta Proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Heloísa Madeira que referiu que se trata da 2.ª Alteração à Estrutura Orgânica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Flexível e ao Regulamento da Organização e Estrutura dos Serviços Municipais do Município de Loulé, esta incide em particular sobre a Estrutura Orgânica Flexível, do Departamento de Planeamento e Administração do Território, tendo sido proposta para reorganizar o Departamento por forma a dar cumprimento ao que esta autarquia se propôs.-----

Vai ser extinta a Unidade Operacional de Edificação e Fiscalização sucessiva, e haverá a criação de 3 Unidades Operacionais, de Controle sucessivo, de Edificação e de Loteamentos e Urbanização.-----

Na Câmara Municipal de Loulé sempre houve 2 grandes grupos de áreas de licenciamento, a parte da edificação e a parte dos loteamentos.-----

Fez mais alguns esclarecimentos gerais desta apresentação pormenorizada da 2ª Alteração à Estrutura Flexível dos Serviços Municipais.-----

Para uma intervenção, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)** que referiu que é extinguida 1 Unidade Operacional e são criadas 3 novas Unidades Operacionais, mais 3 serviços de apoio. Disse aceitar mas não perceber o Executivo no ultimo ano reconhece que houve erros, o Organograma estava mal elaborado e felizmente agora parece que o erro vai ser reparado.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)** e disse que o PS durante todos os seus mandatos, o senhor Presidente sempre teve o cuidado de fazer referência a este Departamento e a sua importância para a vida do município.-----

Este Departamento prejudica e destrói parte da economia, porque a situação é grave, de haver projetos que demoram anos, 3, 4 anos, há uma ineficácia deste Departamento.-----

Esta organização não funciona assim, temos que ser sensíveis à economia, mas como instrumento para garantir uma melhor vida das pessoas.-----

O Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, agradeceu por finalmente a constituição d a figura do Gestor de Processo, com a simplificação dos processos. Disse faltar o cadastro geométrico que Loulé não tem, dentro da era da digitalização ainda não haver e cadastro das redes de saneamento.-----

Usou da palavra o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)** que disse ter reparado no Organograma, 2 grandes falhas, sendo a avaliação dos funcionários da Câmara Municipal, qual o programa de motivação que a Câmara tem para com os funcionários? A equipa toda, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, responde por ela?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

A proposta foi colocada à votação;-----

c)- Proposta 36/2020- Deliberação relativa à 2.ª Alteração à Estrutura Orgânica Flexível e ao Regulamento da Organização e Estrutura dos Serviços Municipais do Município de Loulé, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 82, de 29 de Abril de 2019; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1275-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 24 votos a favor, 22 do PS e 2 PSD (Francisco Rodrigues e Margarida Correia) e 9 Abstenções, 6 do PSD (Seruca Emídio, Mário Botelho, Maria José Vasques, João da Conceição, Duarte Duarte e Cláudio Lima), 1 do CDS (António Farrajota), 1 do BE (Carlos Martins) e 1 do Deputado Independente (Fernando Santos).-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

d)- Proposta 37/2020- Deliberação relativa à Proposta de Revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Boliqueime (PPZIB), nos termos do n.º 1 do artigo 90.º, por remissão do n.º 3 do artigo 127.º, ambos do RJIGT, a aprovação da proposta de revogação PPZIB, e promover as diligências determinadas nas alíneas c) e g) da Proposta da CML n.º 1767-2018; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1173-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para a apresentação deste ponto, falou a Senhora Vereadora **Heloísa Madeira**, que explicou que este Plano está em vigor desde 17 de Janeiro de 2008, ou seja, há praticamente 12 anos e que abrange uma área com cerca de 76 hectares.-----

A área abrangida por este Plano não se encontra infraestruturada.-----
Associado a este Plano de Pormenor havia um Plano de Investimentos, onde estava previsto que a execução do mesmo seria realizada por um sistema de cooperação, era realizado através de parcerias que seriam estabelecidas entre o município e os privados, em que o município deveria avançar com algum investimento. Há investimento que cabe totalmente à Câmara e há investimento que a Câmara tem de fazer, e que depois recupera com o pagamento das taxas, e investimento que é previsto ser feito pelos promotores, e, depois, há o investimento misto, que será 50/50%, em parcerias público-privadas para a construção das infraestruturas. Tudo isto soma a módica quantia, a valores da data a que foi feito o Plano, de 160 milhões de euros o que torna o Plano inexecutável neste momento.-----

Para além disso, temos a entrada em vigor em 2014 de uma Lei de Bases Geral da Política Pública de Solos e de Ordenamento do Território e do Urbanismo, que determina que no âmbito do processo de Revisão do PDM, que se encontra em curso, sejam reclassificados como solo rústico todos aqueles solos que não sejam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

classificáveis como urbanos a condição para que tal aconteça é que os terrenos estejam parcialmente ou totalmente infraestruturados. A manter-se a atual situação de infraestrutura, a reclassificação de toda a área abrangida pelo Plano para solo rústico é inevitável. Toda aquela área, que atualmente faz parte do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Boliqueime, se não revogarmos, se não for feito nada até à entrada em vigor da Revisão do PDM, sem apelo nem agrado, passará para solo rústico.-----

A Proposta da Câmara Municipal é a de acabar com "o espartilho" que é o desenho urbano que foi criado, é a Revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Boliqueime, não querendo isto dizer que queiramos acabar com a Zona Industrial de Boliqueime, queremos sim salvar a Zona Industrial de Boliqueime.-----

Até à entrada em vigor da Revisão do PDM, aplicar-se-ão as regras constantes no PDM vigente que classifica este área de intervenção como solo urbano, na categoria de espaços urbanizáveis industriais, aplicando-se a estes os índices previstos no artigo 33.º do Regulamento do PDM, permitindo-se com isto que os particulares interessados na instrução das operações urbanísticas avancem com as mesmas, desde que estas cumpram os parâmetros previstos.-----

A sobreposição do PDM com a Zona Industrial, a zona urbana de Boliqueime, e o Plano da Zona Industrial de Boliqueime e com a revogação do Plano, não se perde nada de solo urbano e o Plano, neste momento está totalmente desajustado da realidade.-----

Neste espaço de 76 hectares de área classificada no PDM como solo urbano, o coeficiente de ocupação de solo no Plano é 0,33 e no PDM por cada m², o coeficiente de afetação do solo, na zona do Plano atual é 0,31, no PDM, é 0,50. O coeficiente de implantação de solo no Plano, não tinha previsão porque já estavam definidos os polígonos, e era muito rígido, no PDM, é 0,70.-----

O que se pede aqui, é que se aprove a Proposta de Revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Boliqueime potenciando que, até à entrada em vigor da Revisão do PDM, proprietários e investidores possam desenvolver os seus projetos, nesta zona atualmente classificada como solo urbano, espaços urbanizáveis e espaços industriais, em moldes que possam conferir ao município, argumentos para em sede de Revisão do PDM, manter uma zona industrial e empresarial que Boliqueime merece e que vai com certeza ter.-----

Para uma intervenção, pediu para usar da palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)** e disse que mais uma vez uma "machadada" no desenvolvimento económico do concelho, mais um Plano de Pormenor deitado abaixo com este Executivo, conjuntamente com o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Almancil, tal como outros planos que têm vindo aqui a esta Assembleia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Quanto a este Plano de Pormenor da Zona Industrial de Boliqueime a questão que coloca ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia é: "o que vão dizer aos eleitores de Boliqueime, quando em 2017, prometeram fazer a Zona Industrial de Boliqueime? quando agora irão acabar com o Plano.-----

A ausência de interesse de investidores, foi um Plano aprovado em 2008 ano que se entrou na crise económica, em 2013 este Executivo tomou posse e já lá vão 7 anos e não fizeram nada com aquilo, se não são criadas as infraestruturas, como não é criado investimento, os investidores, não vão lá-----

O município não tem uma zona comercial nem industrial, que permita satisfazer a procura de grandes empresas que venham para cá e agora esta Câmara, está a deitar abaixo um Plano de Pormenor que poderia utilizar para esses fins. No descritivo da Proposta, diz: Zona Industrial com 3 Unidades de Execução, 88 parcelas destinadas ao uso de Industria/Armazenagem, Serve para Armazenagem e Centro de Logística, para Empresas de Distribuição. Deste modo está-se a empurrar possíveis investidores para as zonas limítrofes, como por exemplo Silves, porque nós não temos a capacidade de acolher esses investimentos.-----

Quando é referido um investimento de cerca de 160 milhões de euros, esta Câmara tem ausência de estratégia, uma vez que gastaria cerca de 3 milhões de euros para 160 milhões de euros e é referido investimento privado de cerca de 129 milhões de euros.-----

Ainda sobre este ponto usou da palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)** que fez um resumo de todo este processo desde o seu início em 2013, foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara que não tinha 10 milhões para desenvolver o Plano de Boliqueime, quando era bom não havia era dinheiro.-----

Depois mais tarde, em determinada altura, verificou-se que o Plano não prestava e em 2018 haveria que eliminá-lo, não houve foi coragem política para o fazer. O Prof.º Adriano Pimpão fartou-se de aturar a Bancada do PS e foi-se embora.-----

Questionou: como é que há coragem para fazer a afirmação que "não houve interessados", mas como pode haver interessados numa coisa que nunca houve vontade de fazer?-----

O Plano ficou "na gaveta" e como é que pode haver interessados numa coisa que não existe.-----

A Quinta Vale do Freixo foi-se, a Zona Industrial de Almancil foi-se, e questionou o que é que vão fechar mais?-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)** que começou por referir que a maior parte dos técnicos da Câmara Municipal já saíram, eram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pessoas competentes, tanto que arranjam lugar nos sítios mais exigentes da região, e foram embora porque não tiveram condições de continuar a trabalhar aqui. Esta é uma das razões porque se chegou a 2020 e dos Planos não há nada feito.-----

O Urbanismo é o motor deste concelho, e havia 3 grandes zonas empresariais para o Algarve, uma em Loulé na zona de Boliqueime, outra em Silves na zona de Tunes e outra em Castro Marim e com muita tristeza sua quem ganhou foi Silves.-----

Por fim foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime (Nelson Brazão)**, que colocou algumas questões sobre este Plano, nomeadamente qual a necessidade de fazer cair o Plano da Zona Industrial de Boliqueime e com a queda o solo fica com que classificação e na próxima revisão do PDM, o que poderá ser definido para aquela área?-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)** que começou por dizer que depois das explicações ouvidas em 2018, por parte da Senhora Vereadora e do Senhor Presidente da Câmara, finalmente percebeu porque é que a revisão do PDM não foi concluída e foi prorrogada por mais 28 meses. A intenção e o objetivo estava exatamente pré destinada para este tipo de intervenção. É nos dito agora que em 2 anos os 124 proprietários que não se entenderam nem venderam, vão agora vender as suas terras a um grupo económico forte, e, daqui a 2 anos, teremos aqui certamente a aprovar um novo Plano para aquela zona para aproveitar aquela área urbana, que agora se vai perder com a Revogação do Plano.-----

Nenhum Loteamento ou Plano de Pormenor de iniciativa municipal, terá condições para concretizar os seus objetivos se a Câmara através do Executivo Municipal não der cumprimento às suas responsabilidades, sendo a parte importante a construção das infraestruturas. Não houve candidatos como não houve em nenhum Plano, não houve em Almancil, porque a Câmara não avançou com as infraestruturas.-----

Para esclarecimentos adicionais a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, informou que se não se fizer nada, se este Plano de Pormenor se mantiver em vigor, com as regras que atualmente temos e que temos que cumprir, até à Revisão do PDM, toda esta área cai para solo rústico.-----

O próprio Plano, que foi pensado e desenhado pelo PSD, que define o plano de financiamento, e que a forma de financiamento das infraestruturas é em Regime de Cooperação, o investimento público deve ser feito em parceria com o investimento privado nomeadamente os investimentos nas infraestruturas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Não avançamos sem saber se há interessados e até agora não tivemos um único interessado, em desenvolver um projeto, que se adequasse ao Plano como está desenhado.-----

As infraestruturas que estão para aqui pensadas são para uma zona verdadeiramente industrial e foram dimensionadas para um loteamento industrial. Há diferenças entre uma infraestruturas para um armazém e para uma fábrica de produção, com muitas outras coisas que um armazém não exige.-----

Não há interessados na Execução deste Plano, a Câmara tem sido abordada por muitos proprietários, por muitos investidores, para tentar desenvolver ali projetos e por isso em 2018, a Câmara Municipal, achou que era a oportunidade de revogar e atribuir aos proprietários e investidores a oportunidade de desenvolverem o que pretenderem.-----

O desenho do Plano não se coaduna com a necessidade das infraestruturas que este Plano exige.-----

A Câmara iria gastar 20 milhões, em parceria 10 milhões de euros, mais 3 a fundo perdido, mais 7 que tinham que ser investidos e recuperados, é muito dinheiro, sem um único interessado!-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que começou por referir que tem ouvido esta noite muitas intervenções com muita demagogia à mistura. Quem não tem a informação e o conhecimento que este Executivo tem dificilmente compreende como é que estas coisas acontecem.-----

Se esta noite não deitarmos este Plano abaixo aquelas pessoas de Boliqueime, perdem o direito de alguma vez na vida poderem ter o fruto da sua propriedade., O PSD fez um Plano de Pormenor para a zona de Esteval/Caliços mas tinham desde o início um grande investidor que era o IKEA, e foi isso um grande investidor, que nunca tivemos aqui nesta área de Boliqueime, trata-se da grande diferença entre uma situação e outra.-----

O que este Executivo quer é desenvolvimento económico na nossa terra.-----

A história relativamente aquela área já é velha, e disse ter sido ele o Presidente da Câmara a querer desenvolver economicamente aquela área, com uma Proposta da ALGAR para uma estação de transferência e que a população de Boliqueime não quis nem ouvir falar nisso. Tinha uma série de lotes para desenvolver ali naquela área, tudo pago pela ALGAR, mas a população não quis.-----

Se em 2018 as coisas tivessem sido iniciadas provavelmente as coisas hoje já estariam muito mais avançadas mas para evitar um conflito, que mais tarde veio a acontecer, a Câmara deixou cair aquela Proposta. Para bem de Boliqueime, e dos proprietários daqueles terrenos, este Plano hoje tem que ver aprovada a Proposta da Câmara Municipal. Ali ia ser investido dinheiro, sem saber o que sucederia, não há interessados e o investimento é brutal, porque durante anos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

não apareceu ninguém ali a querer desenvolver uma grande empresa. São 12 anos, 7 da responsabilidade deste Executivo e 5 do Executivo PSD.-----
Terminou dizendo; sejam sensatos e responsáveis, aprovelem esta Proposta para bem de Boliqueime e para bem daquela população.-----

Pedi para tecer algumas considerações o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, e começou por dizer que iria votar contra!-----

O que mais o choca nesta tomada de posição é o facto de só agora terem tomado a decisão de deitar o Plano abaixo. Desde que tomaram posse em 2013 se era essa a intenção que deitassem abaixo logo e tivessem arranjado outra alternativa para aquilo.-----

O Prof.º Adriano Pimpão defende aquilo que acredita e ele defendia este Plano, porque achava que era o melhor para Boliqueime. Para o IKEA vir para Loulé houve lutas terríveis em Lisboa, porque Faro queria levar para lá, Portimão, igualmente e foi a CML sob a sua orientação que convidou e lutou para virem para aqui. O Senhor Ministro da Economia foi convidado e que Loulé, era a localização ideal.-----

A Câmara Municipal tem de ser proactiva e criar condições para os investidores virem para cá. No seu ponto de vista aquela zona em Boliqueime era um pólo de grande desenvolvimento para Boliqueime. Agora o que acontece é que os milhares de euros gastos naquele Projeto, e o tempo que ali foi investido, já não é recuperado.-----

Em seguida o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referiu que o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, em Outubro de 2017, prometeram construir em Boliqueime o Plano de Urbanização, para ganhar as eleições e em 2018, passados poucos meses, já pensavam em deitar abaixo o Plano? Existe aqui alguma incongruência política.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)** que disse estar um bocado confuso, pois por um lado a Câmara quer acabar com a Zona Industrial de Boliqueime, é a proposta que está em cima da mesa, e por outro lado diz se não fizermos a Zona Industrial de Boliqueime, aqueles terrenos ficam com a classificação de terreno rústico, mas afinal quer-se acabar com a Zona Industrial ou construir-se uma Zona Industrial? Ou se quer acabar ou não se quer. Quando foi feito o Plano, já se sabia que iria custar uma quantia muito avultada não é agora que se chega a essa conclusão.-----

Para concluir, o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, teceu algumas considerações à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

nomeadamente quando referiu "se esta noite não for deitado abaixo este Plano", disse já ter ouvido esta afirmação numa Assembleia Municipal quando o Dr. Seruca Emídio também tomou uma posição firme, na defesa do IKEA, e que "obrigou" os Deputados do PSD a mudarem a sua intenção de voto e a votarem no Plano. Este Executivo tem a maioria nesta Assembleia Municipal e como tal está à vontade nesse aspeto. O Senhor Presidente da Câmara tem uma responsabilidade acrescida, prometeu que o fazia, não o vai fazer e aí foi demagogo e vai ter que prestar contas. Ninguém acredita que no espaço temporal de 2 anos seja possível construir um Plano, ou que haja um potencial investidor que apresente um Plano. Questionou: quem paga água e esgotos que são necessários para lá? Como é que paga?-----

O Senhor Deputado **Fernando Santos (Independente)** colocou a questão, façamos um suponhamos, "se o Senhor Profº Adriano Pimpão, não sai a Assembleia, como é que resolvia o imbróglio, Senhor Presidente?"-----

Para a intervenção final, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que disse que quando se exprime de uma forma mais empolgada é a sua maneira de se exprimir quando tem convicção e a certeza do que está a dizer. Sobre o Profº Adriano Pimpão disse ser uma personalidade muito respeitável por isso o convidou para fazer parte desta equipa, mas revelou-se depois que houve situações em que não se entenderam e isso resolve-se como se resolveu, ele demitiu-se e há um substituto. Quem foi eleito para governar foi este Executivo, o Presidente da Assembleia Municipal tem o dever de fiscalizar a ação do Executivo, mas, nós fomos eleitos para governar este município, e, é isso que estamos a fazer, o Profº Adriano Pimpão neste caso estava errado. A pior coisa que pode acontecer em democracia é não serem prestadas contas às pessoas, mas a história vai-se escrevendo destes conflitos que são normais em democracia.-----
Sobre o Plano, a Câmara Municipal não tinha dinheiro para fazer um investimento tão elevado com este risco, porque quando se investe muito dinheiro tem que se ter algumas garantias.-----

Por fim a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira** referiu que há uma grande diferença entre o Plano onde se desenvolveu o IKEA e este. Para se desenvolver um Plano desta natureza há uma diferença entre um Plano de Pormenor e um Plano de Urbanização, como aquele onde se desenvolveu o IKEA. Não se desenvolve um Plano com um desenho urbano tão restrito, tão apertado, sem se assegurar previamente os investidores, sem se saber o que eles pretendem. Planear demora muito tempo, envolve muito trabalhos dos técnicos, e deitar este trabalho todo fora e dinheiro gasto custa muito. Este Plano só avançava em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

cooperação, com alguém a pagar também do lado dos privados, só assim era possível. Foi o Executivo do PSD, que escolheu este sistema, sem ter as garantias mínimas que iria haver interessados no desenvolvimento deste projeto megalómano, que exigia em conjunto, entre privados e município, 160 milhões de euros de investimento. Repito, imputável à Câmara aquela data, eram previstos, 3 milhões e 200 mil euros inicialmente e depois investimento tinha que ser avançado logo à cabeça pela Câmara e que depois seria recuperado em taxas, aquando do licenciamento das operações: 7 milhões de euros; e, depois, o investimento misto, que era um investimento nas infraestruturas dos loteamentos, que se iria lá realizar 21 milhões de euros, que seria numa parceria de 50/50, mais 10 milhões de euros. Isto é muito diferente dos Planos que foram aqui desenvolvidos, como o Senhor Presidente disse, relativamente ao PUCE.-----
As infraestruturas que forem aqui realizadas, por imposição da Lei de Bases e do RJUE, serão realizadas e custeadas pelos promotores dessas operações pois a Lei assim o impõe. Quem tira as mais-valias dos terrenos tem de participar essas infraestruturas.-----

Houve já várias aproximações, e as dimensões das infraestruturas, o investimento que se está a falar, para ali aparecer alguma coisa, não são necessários 160 milhões. Serão valores muito mais diminutos para conseguir criar ali um núcleo mínimo de área e de construção e de opções licenciadas que permitam argumentar e solidificar ali uma verdadeira área industrial e empresarial para Boliqueime. Assim é que se consegue, de outra forma não é possível, salvar alguma zona industrial de Boliqueime.-----

Passou-se à votação da Proposta;-----

d)- Proposta 37/2020- Deliberação relativa à Proposta de Revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Boliqueime (PPZIB), nos termos do n.º 1 do artigo 90.º, por remissão do n.º 3 do artigo 127.º, ambos do RJIGT, a aprovação da proposta de revogação PPZIB, e promover as diligências determinadas nas alíneas c) e g) da Proposta da CML n.º 1767-2018; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1173-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 20 votos a favor do PS, 11 votos contra, 8 do PSD (Seruca Emídio, Mário Botelho, Maria José Vasques, João da Conceição, Duarte Duarte, Cláudio Lima, Francisco Rodrigues e Margarida Correia), 1 do CDS (António Farrajota), 1 do BE (Carlos Martins) e 1 do Deputado Independente (Fernando Santos) e 2 abstenções do PS (Calçada Correia e Fernando Marques).--

Foi informado pelo Senhor Presidente da Assembleia, que ainda estavam para discussão 3 pontos da Ordem de Trabalhos, apenas para informação, mas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

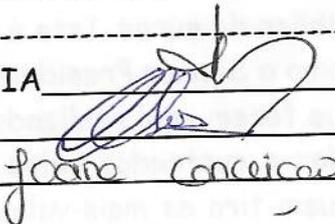
devido ao adiantado da hora, e uma vez que está marcada uma Sessão Extraordinária na próxima 2ª feira dia 28 de Setembro, foram agendados pontos apenas para apreciação e não para votação. Eu iria propor no início dos trabalhos a introdução na agenda destes 3 pontos, que estavam para discussão. Sublinhou que para que isso possa acontecer será necessário que 2/3 dos Deputados da Assembleia, votem a favor.-----

Em seguida, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____


João Conceição



*Apresenta Maria Helena
Baptista*

NOTA DE PESAR

MARIA ALIETE DAS DORES GALHOZ

O Grupo Municipal do Partido Socialista com assento na Assembleia Municipal de Loulé, apresenta um voto de pesar pelo falecimento de Maria Aliete das Dores Galhoz, nascida em Boliquiteime em 1929, uma das suas mais brilhantes freguesas, que recebeu a Medalha Municipal de Mérito - Grau Prata (1994).

Licenciada em Filologia Românica, Doutora *Honoris Causa* pela Universidade do Algarve (1996) destaca-se ao longo da sua carreira por ser pioneira em vários estudos, dos quais importa mencionar as investigações sobre Fernando Pessoa e Mário de Sá Carneiro. Conta com dezenas de obras publicadas que são, ainda hoje, de grande referência para investigadores, nomeadamente na área do património oral: *Romanceiro Popular Português* (1987/1988), *Memória Tradicional de Vale Judeu* (1996) e *Memória Tradicional de Vale Judeu II* (1998) e *Romanceiro do Algarve* (2005). Para o nosso concelho deixou, em colaboração com Idália Farinho e Isabel Cardigos, quatro volumes (também em áudio) de uma antologia do património oral - «Contos» (volume I), «Romances» (volume II), «Orações» (volume III) e «Cancioneiro» (volume IV) - aqui está a memória e a identidade das nossas gentes, recolhidas durante mais de três décadas.

Maria Aliete das Dores Galhoz contribuiu significativamente para o registo e estudo do património oral português, sendo uma cidadã implicada e de referência na expansão da cultura portuguesa e dos seus valores, que lhe valeu a atribuição da Ordem Honorífica de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique (1999).

Uma mulher de olhar inquieto, tímida, mas obstinada naquilo que era a sua paixão – o património oral português – deixou-nos um legado cívico, cultural e humano que devemos continuar e honrar, assim o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Câmara Municipal de Loulé que se atribua o nome de uma Rua a Maria Aliete das Dores Galhoz.

Uma palavra final do Grupo Parlamentar do Partido Socialista à família enlutada e aos amigos as sinceras e sentidas condolências.

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Loulé,

Loulé, 25 de Setembro de 2020



Apresente Relatório Câmara Municipal

NOTA DE PESAR PELO FALECIMENTO DE AMÉRICO GUERREIRO CORREIA

A Assembleia Municipal de Loulé manifesta publicamente o seu mais profundo pesar pelo falecimento do cidadão Américo Guerreiro Correia, falecido no passado dia 23, com 83 anos de idade.

Américo Guerreiro Correia, nasceu no dia 5 de outubro 1936 no sítio da Alfeição, freguesia de S. Sebastião e desenvolveu a sua atividade profissional no Tribunal Judicial de Loulé, de 1951 a 1986, como Oficial de justiça e Escrivão de Direito do 3.º juízo.

Homem de grande ética profissional, de fino trato e educação esmerada, muito afável e sempre disposto a ensinar os mais novos, foi muito considerado pelos seus pares, bem como com os profissionais com quem trabalhou, designadamente, pelos magistrados, advogados e solicitadores.

Em 1990, integrou o executivo municipal liderado pelo Prof.º Joaquim Vairinhos, tendo sido o responsável, até 1993, pelos pelouros da salubridade, segurança, sanidade pecuária, bombeiros, trânsito, festas, parques, jardins e cemitérios.

Enquanto vereador, Américo Correia foi membro da Comissão de Festas do Carnaval, tendo contribuído para o seu crescimento e engrandecimento como uma das manifestações mais marcantes do Algarve.

Nas décadas de 50 e 60 foi atleta do Louletano Desportos Clube, agremiação desportiva da qual também foi membro associado até ao seu último dia.

Américo Correia foi um homem que não se deslumbrou com o exercício do poder continuando a ser, no dia-a-dia, uma pessoa simples, pacata, honrada e de grande verticalidade.

Por isso, a Assembleia Municipal de Loulé reunida no dia 25 de setembro relewa o seu exemplo de cidadão ativo, honrado e empenhado na construção de uma sociedade mais justa, pelo que expressa publicamente esta nota de pesar, endereçando à sua família e aos amigos mais próximos, os seus mais sentidos pêsames.

Loulé, 25 de Setembro de 2020

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loulé

